



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Planejamento e Projetos

## PROJETO BÁSICO

### 1. OBJETO:

O presente Projeto Básico tem como objeto a contratação de “APOIO AO GERENCIAMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE CADASTROS, ESTUDOS PRELIMINARES, PROJETOS BÁSICOS E ORÇAMENTOS PARA UNIDADES DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO”, conforme relacionadas no Anexo 1.

A Empresa contratada será responsável pelo apoio ao gerenciamento da EMOP na elaboração de:

1. **Cadastros:** Plantas representando a configuração espacial atual do imóvel e que servirão de base aos projetos a serem realizados, contemplando sempre que possível:
  - Planta baixa de todos os pavimentos, incluindo cobertura - com as dimensões de todos os elementos construídos, níveis internos de pisos e especificações dos revestimentos atuais.
  - Planta de localização de vigas e pilares com suas dimensões e Planta de Cortes, caso necessário.
  - Planta de situação do imóvel com as dimensões do lote, afastamentos em relação à edificação, perímetro da edificação e nível de soleira.
  - Quadro atual de esquadrias do imóvel com suas dimensões e níveis de peitoril, se for o caso, bem como descrição do material que as compõem.
2. **Estudo Preliminar de Arquitetura:** Plantas com as novas configurações espaciais propostas e servindo de base à elaboração dos projetos complementares (Instalações e Estruturas) necessários ao alcance dos objetivos, contemplando sempre que possível:
  - Planta baixa de todos os pavimentos - Com as especificações dos revestimentos
  - Planta Baixa de Todos os pavimentos - Com o Layout dos Mobiliários
  - Planta Baixa de todos os Pavimentos - A demolir e A construir cotada.
  - Planta Baixa de todos os pavimentos – Acessibilidade
  - Cortes e Fachada da Edificação
  - Planta de Cobertura
  - Planta de situação do imóvel

**III. Projetos Básicos e Executivos:** Todos os projetos deverão ser enviados aos órgãos competentes para sua aprovação, no padrão e grau de detalhamento definido por cada órgão. Plantas Técnicas de cada uma das disciplinas (Arquitetura, Instalações Prediais, Estrutura e Geotecnia) que se façam necessárias, visando permitir o perfeito entendimento dos serviços a serem realizados, para a sua correta orçamentação e posterior licitação das obras, contemplando, no que couber, os seguintes itens por disciplina:

#### Arquitetura

- Planta baixa de todos os pavimentos - Com as especificações dos revestimentos
- Planta Baixa de Todos os pavimentos - Com o Layout dos Mobiliários
- Planta Baixa de todos os Pavimentos - A demolir e A construir cotada
- Planta Baixa de todos os pavimentos - Planta de Acessibilidade
- Cortes e Fachada da Edificação
- Planta de Cobertura
- Planta de situação do imóvel
- Planta de Detalhamentos: Mapa de Esquadrias, Balcões com acessibilidade, Escadas e Rampas de acessibilidade, altura dos corrimãos, e outros desenhos necessários para um bom entendimento do projeto e que possam embasar o orçamento.

#### Instalações Prediais

**Projeto Elétrico / CFTV, Telefonia e Lógica :**

- Planta de Situação com instalações externas
- Planta baixa de Iluminação por pavimento
- Planta baixa de alimentadores por pavimento
- Planta baixa de pontos por pavimento
- Quadros de Carga
- Diagrama Unifilar
- Quadro de demanda

**Projeto de Sistema Contra Incêndio e Pânico e SPDA:**

- Planta de Situação com instalações externas
- Planta com a rede de hidrantes e extintores por pavimento
- Memória de cálculo de Reservatórios e Bombas
- Perspectiva Isométrica
- Detalhes
- Comunicação visual
- SPDA ( Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas)

**Projeto para Instalações hidrossanitárias:**

- Planta de Situação com instalações externas
- Plantas baixa de tubos e caixas para esgoto por pavimento
- Planta Baixa com instalação de água fria por pavimento
- Planta baixa com instalações de água quente por pavimento
- Perspectiva Isométrica
- Esquema vertical
- Memorial de Cálculo com o dimensionamento do sistema e dos reservatórios.

**Projeto de Climatização:**

- Plantas baixa de dutos e equipamentos por pavimento
- Perspectiva Isométrica
- Memorial de Cálculo com o dimensionamento do sistema

**Projeto para Exaustão Mecânica da Cozinha:**

- Plantas baixa de dutos, coifas e equipamentos por pavimento
- Perspectiva Isométrica
- Memorial de Cálculo com o dimensionamento do sistema

**Projeto para Instalação de Gás:**

- Planta de Situação com instalações externas
- Plantas baixa de tubos e equipamentos por pavimento
- Perspectiva Isométrica
- Memorial de Cálculo com o dimensionamento do sistema

**Estrutura**

**Projeto para Estruturas e Fundações:**

Relação Usual de Desenhos de Formas:

- Locação E Cargas Nas Fundações
- Forma das fundações
- Forma do cintamento (ou piso armado)
- Forma do(s) teto(s) quantas necessárias
- Forma da cobertura
- Forma da escada
- Forma da rampa
- Forma do reservatório superior
- Forma da cisterna
- Cortes gerais

Relação Usual de Desenhos de Armações:

- Armação das fundações ...quantas necessárias
- Armação positiva das lajes do piso armado
- Armação negativa das lajes do piso armado
- Armação das vigas do cintamento (ou piso armado) ...quantas necessárias
- Armação dos arranques dos pilares
- Armação positiva das lajes do(s) teto(s) .... Quantas necessárias
- Armação negativa das lajes do(s) teto(s) .... Quantas necessárias
- Armação das vigas do(s) teto(s) ...quantas necessárias
- Armação dos pilares do(s) teto(s) ...quantas necessárias
- Armação positiva das lajes da cobertura
- Armação negativa das lajes da cobertura
- Armação das vigas da cobertura ...quantas necessárias
- Armação dos pilares da cobertura ...quantas necessárias
- Armação da escada ...quantas necessárias
- Armações da rampa ...quantas necessárias
- armações do reservatório superior
- Armações da cisterna

### **Projeto Executivo de Recuperação e/ou Reforço Estrutural**

#### Relação Usual de Desenhos de Formas

- Cadastro estrutural
- Forma do cintamento (ou piso armado)
- Forma do(s) teto(s) ...quantas necessárias
- Forma da cobertura
- Forma da escada
- Forma da rampa
- Forma do reservatório superior
- Forma da cisterna
- Cortes gerais

#### Relação Usual de Desenhos de Armações

- Armação de reforço das fundações ...quantas necessárias
- Reforço de armação positiva de lajes
- Reforço de armação negativa de lajes
- Reforço de armação de vigas do cintamento ...quantas necessárias
- Reforço de armação dos arranques dos pilares
- Reforço de armação positiva das lajes do(s) teto(s) .... Quantas necessárias
- Reforço de armação negativa das lajes do(s) teto(s) .... Quantas necessárias
- Reforço de armação das vigas do(s) teto(s) ...quantas necessárias
- Reforço de armação dos pilares do(s) teto(s) ...quantas necessárias
- Reforço de armação positiva das lajes da cobertura
- Reforço de armação negativa das lajes da cobertura
- Reforço de armação das vigas da cobertura ...quantas necessárias
- Reforço de armação dos pilares da cobertura ...quantas necessárias
- Reforço de armação da escada ...quantas necessárias
- Reforço de armações da rampa ...quantas necessárias
- Reforço de armações do reservatório superior
- Reforço de armações da cisterna

### **Geotecnia**

#### **Projeto Geotécnico**

- Planta do tipo “as is” (como está)
- Planta de situação
- Planta de locação
- Planta do levantamento topográfico

- Planta de situação com os pontos da campanha de investigação
- Projeto de contenção/fundação – planta, seções transversais, vistas frontais, a níveis de anteprojeto, básico e executivo da solução adotada
- Projeto de contenção/fundação – detalhes executivos
- Projeto de drenagem profunda/superficial

Todos os projetos deverão ser acompanhados de memorial de cálculo. Todos os produtos devem ser entregues segundo as normas listadas abaixo:

1. NBR 8044: 2018 – Projeto geotécnico;
2. NBR 13133:1992 – Execução de levantamento topográfico;
3. NBR 10647:1994 – Desenho técnico – norma geral – terminologia.

**IV. Orçamentos:** Planilhas orçamentárias com quantitativos e custos unitários utilizando como referência o Caderno de Preços da EMOP. Os orçamentos deverão ser acompanhados das respectivas memórias de cálculo para justificar os quantitativos apresentados no orçamento.

**V. Cronogramas Físico-Financeiros:** Planilhas com as etapas da execução dos serviços compatibilizadas com as etapas do desembolso financeiro.

A Empresa contratada deverá possuir em seu quadro técnico, profissionais qualificados para a realização dos trabalhos descritos acima.

**ARQUITETO/ENGENHEIRO:** profissionais responsáveis pelos projetos de arquitetura, urbanismo, estruturais e complementares, bem como as respectivas estimativas de custos e orçamentos.

**TÉCNICO:** profissionais responsáveis pelo apoio aos projetos de arquitetura, urbanismo, estruturais e complementares, bem como as respectivas estimativas de custos e orçamentos.

Os produtos entregues serão analisados e aprovados pela Diretoria de Planejamento e Projetos da EMOP e deverão apresentar relatórios mensais de produção, correspondentes aos períodos contratados a serem encaminhados através da Empresa Contratada.

## 2. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO:

A Secretaria de Estado de Educação, através de Ofício contido no Documento SEI 12469170, do Processo Eletrônico SEI-030029/006471/2020, apresenta e contextualiza a necessidade de retomar as intervenções nas unidades da Rede Estadual de Ensino nos seguintes Termos:

*“Diante do prolongado tempo sem a realização de intervenções de infraestrutura pela EMOP nas unidades escolares, vimos a necessidade de retomar de imediato as intervenções de significativa complexidade técnica, além da construção de salas de aula para ampliação de diversas unidades de ensino da SEEDUC, o que é de fundamental relevância e interesse público. Assim, estabelecemos tratativas com essa EMOP para a execução de construções e reformas gerais em unidades escolares localizadas na Capital e em municípios do interior do Estado, ainda no ano de 2021”*

Assim, a SEEDUC solicita *“que a EMOP busque todos os meios necessários para a execução das intervenções mencionadas no tempo solicitado”*.

Para atendimento às novas demandas da SEEDUC, as equipes técnicas da EMOP e da SEEDUC, realizaram sucessivas reuniões com o objetivo de identificar e priorizar as demandas e planejar o atendimento da melhor maneira possível. Visando agilizar o processo, buscou-se parceria com o IEEA para disponibilização de técnicos que, em conjunto com as equipes da EMOP e SEEDUC, iniciaram a realização de Vistorias Técnicas com o objetivo de fornecer consistente previsão de prazos para a elaboração dos projetos e execução de obras. O resultado dessas vistorias permitirá identificar quais das unidades escolares serão passíveis de operar ainda em 2021.

A mudança do cenário socioeconômico ocasionado pela pandemia da COVID-19 e os desafios em equacionar a urgência que o caso requer à nova realidade do trabalho remoto e à escassez de recursos e equipamentos adequados, explicitam a necessidade de contratação do apoio pretendido.

Para atendimento da demanda, no prazo pretendido e de forma simultânea, a fim de conferir celeridade e priorização dentre as demais demandas ordinárias da EMOP, que conta com quadro técnico de pessoal insuficiente, ensejando aporte de apoio técnico especializado, sob supervisão e acompanhamento da Diretoria de Planejamento e Projetos, voltado para atendimento com exclusividade da demanda até a sua conclusão.

Portanto a contratação objetiva ampliar a capacidade operacional técnica da EMOP para fazer frente à demanda da SEEDUC, de natureza essencial, complexa e imediatamente necessária.

A capacidade operacional capaz de atender ao objeto especificado neste Termo, viabilizando a realização dos serviços nas unidades da SEEDUC listadas no Anexo I, é de extrema relevância e imprescindibilidade à contratação pretendida.

Convém ressaltar que a EMOP não renunciará a sua competência funcional, mantendo a coordenação, gerenciamento geral, supervisão e fiscalização sob sua responsabilidade, apontando diretrizes, ajustes ou readequações, prioridades e metodologia, conforme sua melhor conveniência e interesse público, inclusive para atendimento de orientações por parte da SEEDUC.

O art. 3º, I, “a”, do Estatuto Social da EMOP prevê como um dos objetivos da Empresa: planejar, projetar e executar, diretamente ou por intermédio de terceiros por ela contratados, com exclusividade, as obras de construção, ampliação, reforma e manutenção de prédios públicos de todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, cuja atividade fim não esteja compreendida no âmbito da engenharia.

Embora se utilize de terceiros para execução dos serviços, objeto do contrato de apoio ao gerenciamento, a EMOP mantém a responsabilidade de garantir que os serviços sejam prestados na quantidade e qualidade apropriadas. Em realidade a contratação objetiva ampliar a capacidade operacional da Empresa para fazer frente à urgência da demanda.

O modelo busca flexibilizar e conferir celeridade aos projetos essenciais de Governo.

Que a contratação será realizada em estrita observância do disposto no Capítulo I, da Lei nº 13.303/2016, por meio de procedimento licitatório específico.

### **3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO VALOR ESTIMADO:**

Os recursos necessários para a contratação decorrentes correrão por conta da Natureza da Despesa e do Programa de Trabalho próprios que serão oportunamente apresentados, através de descentralização a ser executada pelo órgão demandante.

O valor total estimado da obra/serviço (limite estabelecido) será sigiloso, assegurada a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para elaboração das propostas, nos termos do art. 34 da Lei Federal nº 13.303/2016.

### **4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE CONTRATAÇÃO :**

O critério a ser adotado será o de tipo menor preço, pois proporciona o menor dispêndio para a EMOP, atendendo aos parâmetros mínimos de qualidade e segurança, o regime de contratação dos serviços será do tipo empreitada por preços unitários.

Trata-se de serviço de engenharia já que pode ser definido como atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, no entanto, em virtude da variedade no desempenho e qualidade aplicada, **não se enquadra como comum**.

### **5. PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIOS:**

A Planilha base de Quantitativos e Custos Unitários foi composta com itens da EMOP, mês de referência Novembro de 2020, com as quantidades necessárias destinadas a realizar o objeto a ser contratado conforme disposto neste Termo de Referência, em onze etapas de 30 (trinta) dias.

### **6. CRONOGRAMA FINANCEIRO:**

Distribuição do valor total da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários ao longo das 11 (onze) etapas contratuais de 30 (trinta) dias cada de forma a permitir o fluxo continuado dos atendimentos.

### **7. GARANTIA:**

O Licitante Vencedor à qual for adjudicado o objeto, será convocado com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da comunicação, em local a ser indicado pela EMOP, para apresentação do comprovante de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), a ser prestada em qualquer das modalidades previstas no art. 70; § 1º da Lei Federal nº 13.303/2016, a ser liberada ou restituída após a execução satisfatória do contrato, devendo ser atualizada monetariamente nos casos de caução em dinheiro; bem como para assinatura do contrato.

### **8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I. realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II. fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a gestão e a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no contrato.

### **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- II. atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- III. executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- IV. manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- V. tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

- VI. se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- VII. prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
- VIII. iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- IX. atender as determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- X. se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até a sua entrega perfeitamente concluída;
- XI. obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;
- XII. manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva dos serviços;
- XIII. obriga-se a apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:
  - a. está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
  - b. anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados ao serviço;
  - c. encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos;
- XIV. registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do CONTRATANTE, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função;
- XV. observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/1991;
- XVI. na forma da Lei Estadual nº 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
 

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.....	5%;
- XVII. manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;
- XVIII. caso a contratada ainda não tenha o Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantá-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753, de 17/10/2017.
- XIX. a contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos necessários à execução dos serviços.

## 10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A qualificação técnica da licitante será comprovada através da seguinte documentação:

- a) Registro da empresa no CREA/CAU nos ramos de Engenharia Civil e/ou Arquitetura;
- b) Comprovação da Licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor de Atestado de Capacidade Técnica com certidão registrada no CREA, por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da Licitação;

c) Comprovação, fornecida pela EMOP, de que participou e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, facultativamente, apresentar declaração de que está ciente das condições locais.

O licitante deverá apresentar no ato do processo licitatório comprovação, através de atestados (CREA/CAU), de ter executado serviços de projetos executivos para reforma/ construção de edificações com características semelhantes e áreas compatíveis a uma escola, definindo-se as Parcelas de Maior Relevância como:

- 1 Execução de serviços de vistorias técnicas para elaboração de relatórios técnicos preliminares e projetos;
- 2 Execução de serviços de consultoria em engenharia e/ou arquitetura;
- 3 Execução de serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização de projetos.

OBS.: Todas as parcelas acima deverão ter sido executadas por profissional de nível superior que possua atribuições para atuar nas atividades de execução de obras e construção civil, além de atribuições para exercer atividades de elaboração de projeto e de laudos técnicos e consultoria.

A Empresa deverá apresentar um quadro técnico composto por profissionais com mais de 3 (três) anos de experiência comprovada na sua área de atuação, com os respectivos currículos e atestados profissionais, todos registrados no CREA/CAU, compatíveis com os serviços a serem desenvolvidos.

Será de responsabilidade da Empresa Contratada promover todo o suporte necessário para a consecução do Objeto do contrato.

A Contratada deverá contar com equipe de profissionais habilitados à elaboração dos Projetos, nas várias modalidades envolvidas, com registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e no Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, em Conformidade com a habilitação profissional definida na Resolução nº 218, do CONFEA, bem como as normas do CAU e CREA.

A Empresa Contratada deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/RJ, Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU/RJ e Termo de Responsabilidade Técnica junto ao CRT/RJ, referente aos projetos contratados.

## **11. FISCALIZAÇÃO:**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas e condições avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do cronograma físico-financeiro e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

A gestão e fiscalização da execução dos serviços caberão ao gestor e ao fiscal, designados em Ato Administrativo próprio, nos termos dos art. 215 e 216 do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhe fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

## **12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

12.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente na instituição financeira contratada pelo Estado (Banco Bradesco).

12.2 A cada 30 (trinta) dias fará o Contratado a emissão das faturas dos serviços realizados, aceitos e verificados em conformidade com as etapas estabelecidas no cronograma físico financeiro e obedecido o sistema de medições. Os pagamentos serão efetuados após regular liquidação das despesas, nos termos da legislação em vigor.

12.3 O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, estando a fatura isenta de erros e observado o disposto na legislação citada e nos subitens seguintes.

12.4 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação, com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

12.5 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do Contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

12.6 A Contratada deverá apresentar, junto com a fatura, o comprovante de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no serviço.

## **13. DO REAJUSTE:**

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, poderá o contratado fazer jus ao reajuste dos preços unitários que compõem as medições subsequentes, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = \frac{I}{I_0} \times P_0$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

I = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês de apresentação da proposta da contratada.

I = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a data da assinatura do contrato.

P<sub>0</sub> = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela firma licitante na Proposta de Preços apresentada na licitação.

13.1 A prorrogação de prazos a pedido da Contratada, e sem culpa do Contratante, não enseja reajuste ou correção.

13.2 Poderá ser objeto de pedido de reajuste cada medição atestada após transcorridos 12 (doze) meses conforme critério adotado no item 13.

13.3 As partes convencionam o prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da atestação da medição, para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil. O pedido deverá ser entregue no Protocolo da EMOP, o qual será autuado em Processo Administrativo próprio.

13.4 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M / FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*. O pagamento para todos os itens contratados será feito por faturamento das quantidades apuradas em medição, com base no custo unitário constante na planilha orçamentária com a incidência do BDI e do desconto ofertado pela licitante contratada.

13.5 O pagamento por eventuais serviços ou itens não previstos, desde que devidamente justificados e previamente aprovados pela EMOP, será feito com base no custo unitário constante do Sistema EMOP. Os itens novos não constantes do Sistema EMOP terão seus preços limitados aos indicados nos sistemas de orçamentação de obras ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto à no mínimo três fornecedores especializados. Quanto ao desconto ofertado pela licitante contratada, este incidirá em todos os casos no mesmo percentual.

13.6 Para atribuição dos BDI's dos eventuais itens novos, a EMOP adotará o mesmo critério utilizado para fixação dos BDI's das planilhas orçamentárias do processo licitatório.

13.7 O pagamento de serviços executados antes das datas previstas nos cronogramas dependerá das disponibilidades de caixa da EMOP, observado o percentual de desconto a que se refere o item 13.4.

13.8 O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no art. 81, da Lei Federal nº 13.303/2016, mediante termo aditivo, sendo vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada.

13.9 Nos termos do preceito estabelecido no art. 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016, o CONTRATADO poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante termo aditivo:

13.9.1 acréscimo de quantidades de serviços de itens contratuais ou inclusão de novos itens, não podendo ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

13.9.2 supressão parcial ou total de itens contratuais, não podendo ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.10 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item 13.9, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

13.11 Para efeito de observância aos limites de alterações contratuais previstos no art. 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016, as reduções ou supressões de quantitativos devem ser consideradas de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem sempre ser calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.

## **14. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:**

Cabe ao proponente estabelecer o percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos para a obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo

Os percentuais de BDI apresentado pelos licitantes deverão apresentar 2 (duas) casas decimais, tendo em vista uma desejável precisão dos preços oferecidos.

## **15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

15.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

- a. advertência;
- b. multa administrativa na form prevista neste Edital e / ou no Contrato
- c. suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a EMOP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

15.1.1 - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

15.1.2 - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

15.2 - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

15.2.1 - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do item 14.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/1980.

15.2.2 - A advertência será formalizada por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante.

15.2.3 -A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "c" do item 14.1 deste capítulo, será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/1980, devendo ser submetida à apreciação do Secretário de Estado de Infraestrutura e Obras.

15.3 -A multa administrativa, prevista na alínea "b", do item 14.1 deste Capítulo:



- a. moratória de até 0,03% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, considerando que, caso a obra, o serviço ou o fornecimento seja concluído dentro do prazo inicialmente estabelecido no contrato, o valor da multa será devolvido após o recebimento provisório;
- b. moratória de até 0,03% por dia de atraso injustificado frente ao prazo final da obra, do serviço ou do fornecimento calculado sobre o valor total da contratação, subtraindo os valores já aplicados de multa nas parcelas anteriores;
- c. compensatória de até 3%, calculado sobre o valor total da contratação pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente; pela execução em desacordo com as especificações constantes do edital e seus anexos; ou por agir com negligência na execução do objeto contratado;
- d. compensatória de até 5%, calculado sobre o valor total da contratação, pela inexecução parcial;
- e. compensatória de até 10%, calculado sobre o valor total da contratação, pela inexecução total.

15.3.1 - A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

15.3.2 - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, podendo a contratante descontá-la na sua totalidade da garantia, cabendo à contratada a recomposição do valor original da garantia no prazo de 2 (dois) dias úteis. Em caso de não recomposição no prazo devido, o contratante deverá descontar dos pagamentos eventualmente devidos ou, ainda, quando for o caso, cobrar judicialmente.

15.3.3 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada ou se não puder ser descontada desta, além da perda da garantia, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrar judicialmente.

15.3.4 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela EMOP, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

15.4 - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea g, do item 14.1, não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos

15.4.1 - A suspensão temporária poderá ensejar a rescisão imediata do contrato pelo Diretor Presidente, desde que justificado com base na gravidade da infração.

15.4.2 - A sanção de suspensão leva à inclusão do licitante no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a EMOP.

15.4.2.1 - Após a inclusão mencionada no item acima, os dados relativos às sanções aplicadas aos contratados serão informados ao cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013 – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS. Tais dados também serão remetidos a SEPLAG, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

15.4.3. - A sanção de suspensão poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que:

- a. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a EMOP em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5 - As penalidades decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

15.6 - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

15.7 - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.7.1 - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da sua notificação, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do item 14.1.

15.7.2 - A autoridade competente emitirá decisão motivada sobre a aplicação ou não da sanção ao contratado, devendo conter demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos, que será publicada em Diário Oficial, cabendo desta decisão recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 237 do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

## **16. SUBCONTRATAÇÃO:**

Considerando a natureza dos serviços fica VEDADA a subcontratação.

## **17. ADMISSÃO DE CONSORCIO:**

Considerando a natureza dos serviços fica VEDADA a admissão de consórcio.

## **18. COOPERATIVAS:**

Não será permitida a participação de Cooperativa de Trabalho para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização

## **19. AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:**

A unidade de medição será baseada nos produtos a seguir, conforme planilha abaixo e anexo II:

- Cadastro Técnico – 1 parcela para cada grupo de escolas

- Estudos Preliminares – 1 parcela para cada grupo de escolas
- Projetos:
  - Projetos de Arquitetura - 3 parcelas para cada grupo de escolas
  - Projetos de Instalações (todos) - 3 parcelas para cada grupo de escolas
  - Projetos de Estrutura e Fundações - 3 parcelas para cada grupo de escolas
- Orçamento e Cronograma Físico Financeiro 1 parcela para cada grupo de escolas

Deverá ser elaborado pela CONTRATADA mensalmente relatório de medição dos produtos entregues e aceitos pela Contratante.

## CRONOGRAMA REFERENTE AS ETAPAS DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS

ETAPAS DE SERVIÇOS PRODUTOS	PERCENTUAL RELEVANCIA	Parcelas	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês	7º Mês	8º Mês	9º Mês	10º Mês	11º Mês
Cadastro Técnico	15%	3	1	1	1								
Estudo Preliminar	15%	3		1		1			1				
Projeto Arquitetura	20%	9			1	1	2	1	1	1	1	1	
Projeto de Instalações	20%	9			1	1	2	1	1	1	1	1	
Projeto de Estrutura e Fundação	20%	9			1	1	2	1	1	1	1	1	
Orçamento e Cronograma FF	10%	3						1		1			1

### 20. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O prazo de vigência do Contrato será de 11 (onze) meses, composto por onze etapas de 30 (trinta) dias. Ao final de cada etapa ocorrerá a medição, pela FISCALIZAÇÃO da Contratante, dos serviços executados e aceitos para que esta Fiscalização autorize a Empresa Contratada a proceder com o faturamento dos serviços.

### 21. CRONOGRAMA:

O Cronograma de execução encontra-se na Proposta contido no Documento SEI 12546421, do Processo Eletrônico SEI-030029/006471/2020

### 22. CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Toda e qualquer comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, deverá ser realizada através de profissional designado pela CONTRATADA, que responderá à FISCALIZAÇÃO designada pela CONTRATANTE.

*Nota: A definição do escopo e quantitativos do presente Projeto Básico é da Diretoria de Planejamento e Projetos, sem adentrar em questões de ordem jurídica.*

### 23. MATRIZ DE RISCO:

Tipo de Risco	Motivo	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Ações Mitigadoras	Responsável
Técnico e Econômico-Financeiro	Alteração pela EMOP do escopo dos serviços, dentro dos princípios permitidos pela legislação, com impacto financeiro.	Média (4)	Médio (3)	(12)	Elaborar orçamento com informações suficientes para execução dos serviços.	EMOP
Técnico e Econômico-Financeiro	Alteração pela SEEDUC do escopo dos serviços, dentro dos princípios permitidos pela legislação, com impacto financeiro.	Média (4)	Médio (3)	(12)	Garantir o perfeito entendimento da Proposta Técnica por parte da SEEDUC, a fim de assegurar que a mesma atende às suas necessidades e expectativas.	SEEDUC
Operacional e Econômico-Financeiro	Atraso no repasse de recursos financeiros.	Médio (3)	Médio (3)	(9)	Monitorar a liberação dos repasses de acordo com a Programação de Desembolso prevista no Plano de Trabalho.	SEEDUC

Tipo de Risco	Motivo	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Ações Mitigadoras	Responsável
Operacional	Comunicação deficiente entre a EMOP e a SEEDUC	Média (4)	Média (4)	(16)	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre o projeto, incluindo tratamento de dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP
Econômico-Financeiro	Rescisão do Termo de Cooperação por interesse da SEEDUC.	Baixa (1)	Alto (8)	(8)	Cumprir com as cláusulas desse Termo. Manter relação com a SEEDUC visando à manutenção da continuidade desse Termo.	SEEDUC
Econômico-Financeiro	Rescisão do contrato com a empresa contratada para a execução dos serviços.	Baixa (2)	Alto (7)	(14)	Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do contrato. Realizar a gestão dos riscos entre a EMOP e a contratada através da Matriz de Riscos presente no Termo de Referência.	EMOP
Operacional	Acidente com ou sem vítima.	Baixa (2)	Alto (8)	(16)	Assegurar que sejam adotadas as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato pela contratada.	EMOP

PROBABILIDADE	10	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
	9	9	18	27	36	45	54	63	72	81	90
	8	8	16	24	32	40	48	56	64	72	80
	7	7	14	21	28	35	42	49	56	63	70
	6	6	12	18	24	30	36	42	48	54	60
	5	5	10	15	20	25	30	35	40	45	50
	4	4	8	12	16	20	24	28	32	36	40
	3	3	6	9	12	15	18	21	24	27	30
	2	2	4	6	8	10	12	14	16	18	20
	1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	IMPACTO										

ESCALA DE PROBABILIDADE	
10	FATO
9	
8	ALTO
7	
6	MÉDIO-ALTO
5	
4	MÉDIO
3	
2	BAIXO
1	
0	

ESCALA DE IMPACTO	
1	SEM IMPACTO REAL
2	PEQUENA REDUÇÃO DE TEMPO OU DE RESERVA DE CUSTOS
3	REDUÇÃO MÉDIA DE TEMPO OU RESERVA DE CUSTOS
4	GRANDE REDUÇÃO DE TEMPO OU RESERVA DE CUSTOS
5	POUCO ACIMA DO ORÇAMENTO
6	ACIMA DO ORÇAMENTO EM 10% A 20% OU PROJETO ATRASADO EM 10% A 20%
7	ACIMA DO ORÇAMENTO EM 20% A 30% OU PROJETO ATRASADO EM 20% A 30%
8	ACIMA DO ORÇAMENTO EM 30% A 40% OU PROJETO ATRASADO EM 30% A 40%
9	ACIMA DO ORÇAMENTO EM 40% OU PROJETO ATRASADO EM 40%
10	FRACASSO DO PROJETO

## ANEXO I

### 1. CE MARIA TEREZINHA DE CARVALHO MACHADO

Rua Cândido Benício nº 826 - Praça Seca/Rio de Janeiro

### 2. CE COMENDADOR VALENTIM DOS SANTOS DINIZ (NATA)

Rua Capitão Juvenal Figueiredo s/nº - Colubandê/São Gonçalo

### 3. CE MONTEIRO DE CARVALHO

Rua Almirante Alexandrino nº 2495 – Santa Teresa/Rio de Janeiro

### 4. CE NA RUA URANOS

Rua Uranos nº 725 – Bonsucesso/Rio de Janeiro

5. CE JUREMA PEÇANHA GIRAUD (VIEIRENSE) OU

Rua Atacama s/nº - Campo Grande/Rio de Janeiro

CE TIA MARIA DO JONGO DA SERRINHA

Rua Hermenegildo Teixeira Loiola nº 245

6. LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS

Praça Barão do Rio Branco nº 15 – Centro/Campos dos Goytacazes

7. CE MAUÁ

Rodovia Amaral Peixoto km 16 – Vista Alegre/São Gonçalo

8. CE JACINTHO XAVIER MARTINS

Rua Rio Grande do Norte s/nº – Extensão do Bosque/Rio das Ostras

9. CE ALMIRANTE ALVARO ALBERTO

Praça da República s/nº - Mambucaba/Paraty

10. CE PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA MARQUES

Estrada do Quitungo nº 551 – Brás de Pina/Rio de Janeiro

11. CE THEODORICO FONSECA

Praça Visconde do Rio Preto nº 401 – Centro/Valença

12. CE ANA NUNES VIANA

Rua Capitão João Ferreira Viana nº 12 – Centro/São Francisco do Itabapoana

13. CE DOM JOÃO VI

Rua Jorge Ferreira da Silva nº 91 – Nossa Senhora da Glória/Queimados

14. DIRETORIA REGIONAL METROPOLITANA IV

Rua Maria de Jesus Botelho nº 100 – Campo Grande/Rio de Janeiro

15. CE DOM OTAVIANO DE ALBUQUERQUE

Rua Haroldo Machado s/nº – Ururaí/Campos dos Goytacazes

16. CE RIO GRANDE DO NORTE

Rua Vinte e Um - C, nº 196 – Tangerinal/Volta Redonda

17. CE DEBORAH MENDES DE MORAES (CE FIGUEIRAS)

Rua Belchior da Fonseca nº 743 – Pedra de Guaratiba/Rio de Janeiro

18. CE TIM LOPES

Estrada do Itararé nº 690– Ramos/Rio de Janeiro

19. CE DOS LÍRIOS

Rua dos Índios nº 77– Tinguá/Nova Iguaçu

20. CE VICENTINA GOULART

Rua Taquara s/nº – Miguel Couto/Nova Iguaçu

21. CIEP 016 ABÍLIO HENRIQUE CORREIA

Rua Estácio de Sá nº 541 – Parque Novo Rio/São João de Meriti

22. CE PROFESSOR DALTRO SANTOS

Rua Coronel Tamarindo nº 2846 – Bangu/Rio de Janeiro

23. CE DR. JOSÉ BASTOS FRANÇA

Avenida Itamar Bastos Franca nº 1 – Centro/Itaperuna

24. CE ROTARY

Rua Alcides Augusto Magalhães s/nº – Aeroporto/Itaperuna

25. CE SARGENTO ANTONIO ERNESTO

Rua Octávio Teixeira nº 1076/1088 – Cabuçu/Nova Iguaçu

26. CE JULIÃO NOGUEIRA

Rua Nuno Tavares nº 14 – Parque Santo Amaro/Campos dos Goytacazes

27. CIEP 053 DR NELSON DOS SANTOS GONÇALVES

Rua 1043 nº 205 – Volta Grande III/Volta Redonda

28. CE NATIVIDADE PATRÍCIO ANTUNES

Rua Luiz Silva nº820 – Comendador Soares/Nova Iguaçu

29. CE DOM WALMOR

Avenida Henrique Duque Estrada Mayer nº 2495 – Parque Flora/Novas Iguaçu

30. CE YONNE MARIA SIQUEIRA DE ANDRADE

Antiga Rodovia Rio/São Paulo km 32 - Parque São Francisco/Nova Iguaçu

31. CIEP 339 MÁRIO TAMBORINDEGUY

Estrada Pedro Borges de Freitas s/nº – Irajá/Rio de Janeiro

32. CIEP 345 Y JUCA PIRAMA

Rua Samuel Dias nº 1568 – Vila Operária/Nova Iguaçu

33. CIEP 323 MARIA WERNECK DE CASTRO

Estrada Pedro Borges de Freitas s/nº – Irajá/Rio de Janeiro

#### ANEXO II – DIVISÃO DE ESCOLAS POR GRUPOS

1º GRUPO- 10 Escolas
PRIORIDADE 1- MARIA TEREZINHA- PÇA. SÊCA (16 SALAS)
PRIORIDADE 2- RUA URANOS
PRIORIDADE 3- JUREMA J. GIRAUD- CAMPO GRANDE (10 SALAS)
PRIORIDADE 4- MONTEIRO DE CARVALHO- STA. TEREZA (12 SALAS)
PRIORIDADE 5- JACINTHO XAVIER MARTINS- RIO DAS OSTRAS (8 SALAS)
PRIORIDADE 8- PROF. DALTRO SANTOS
PRIORIDADE 9- MAUÁ- VISTA ALEGRE - S. GONÇALO (8 SALAS)
PRIORIDADE 10- CIEP053 DR. NÉLSON DOS SANTOS GONÇALVES- VOLTA REDONDA
PRIORIDADE 11- DOM WALMOR- N. IGUAÇU
PRIORIDADE 12- LICEU DE HUMANIDADES- CAMPOS (10 SALAS)
2º GRUPO -14 Escolas
PRIORIDADE 13- THEODORICO FONSECA- VALENÇA
PRIORIDADE 14- DR.JOSÉ BASTOS FRANÇA- ITAPERUNA
PRIORIDADE 15- RIO GRANDE DO NORTE- TANGERINAL- V. REDONDA
PRIORIDADE 16- C.E. ROTARY
PRIORIDADE 17- DOM OTAVIANO DE ALBUQUERQUE- CAMPOS
PRIORIDADE 18- VICENTINA GOULART- N. IGUAÇU

PRIORIDADE 19- C.E.DOS LÍRIOS
PRIORIDADE 20- TIM LOPES- COMPLEXO DO ALEMÃO
PRIORIDADE 21- ANA NUNES VIANA- S. FRANCISCO ITABAPOANA
PRIORIDADE 22- DOM JOÃO VI- QUEIMADOS
PRIORIDADE 23- DIR. REG. METROPOLITANA IV- RIO
PRIORIDADE 24- DÉBORAH MENDES DE MORAES (FIGUEIRAS)- PEDRA DE GUARATIBA
PRIORIDADE 25- CIEP ABÍLIO HENRIQUE CORREIA
PRIORIDADE 26- SGT. ANTONIO ERNESTO
3º GRUPO- 9 Escolas
PRIORIDADE 27- JULIÃO NOGUEIRA- CAMPOS
PRIORIDADE 28- NATIVIDADE PATRICIO ANTUNES- N. IGUAÇU
PRIORIDADE 29- YONNE MARIA SIQUEIRA DE ANDRADE- N. IGUAÇU
PRIORIDADE 30- CIEP 399 MARIO TAMBORINDEGUY
PRIORIDADE 31- CIEP 345 YJUCA PIRAMA
PRIORIDADE 32- CIEP 323 MARIA WERNECK DE CASTRO
PRIORIDADE 33- ALM. ÁLVARO ALBERTO-MANBUCABA- PARATY (6 SALAS)
PRIORIDADE 34- PROF. JOSÉ DE SOUZA MARQUES- BRÁS DE PINA (04 SALAS)
PRIORIDADE 35- COMENDADOR VALENTIM DOS SANTOS DINIZ (NATA)



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Gleitzmann, Coordenadora**, em 06/05/2021, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Barreto, Coordenadora**, em 06/05/2021, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Pereira, Coordenadora**, em 06/05/2021, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **16655730** e o código CRC **12B59243**.